

Coisas da política

A peneira do Governo e o sol da sucessão

Luiz Orlando Carneiro

O Presidente João Figueiredo viaja hoje para o México e, quando reassumir o Governo, o mês de maio já terá chegado sem que os dirigentes do PDS e suas lideranças tenham traçado uma estratégia que lhes permita, mesmo com maioria absoluta na Câmara, ajudar o Presidente a redirecionar o processo político que, contra sua vontade, cada vez mais se afunila no sentido de sua sucessão.

O Planalto não quer tratar da sucessão e mostra-se irritado com a campanha do PMDB e sobretudo dos brizolistas em prol da eleição direta do próximo Presidente, mas não faz nenhum movimento de real impacto para ocupar, com o seu peso, o espaço político que ficou, externamente, limitado por Minas, São Paulo e Rio de Janeiro e, internamente, circunscrito ao debate especulativo da questão sucessória e à movimentação dos candidatos a candidato.

Esta é, em síntese, a análise que vem sendo feita por alguns dos mais representativos membros do PDS, cuja direção vê-se na difícil situação de fazer cumprir um calendário político-eleitoral, que prevê, já para junho, as convenções regionais do partido, e, ao mesmo tempo, atender aos reclamos do Presidente, que pede sustentação política mais agressiva neste terço final do seu mandato.

O Palácio do Planalto, no momento aparentemente interessado apenas em obter maioria absoluta na Câmara, com base no protocolo em negociação com o PTB, mostra-se evasivo com relação ao patrocínio de uma ampla reforma constitucional, debate que a maior parte da classe política vê como única alternativa para que a missão do Presidente Figueiredo não seja considerada cumprida — e bem cumprida — com a realização das eleições diretas para Governador, em novembro do ano passado.

A reticência do centro do Governo é lamentada por políticos de prestígio que defendem a necessidade de se mexer, agora, na Constituição, como o Senador Marco Maciel, e admitida por membros do Governo, como o Ministro da Justiça. O Ministro Abi-Ackel, por ocupar um alto cargo de confiança, tem evitado declarações públicas sobre a matéria, mas sabe-se que ele tem defendido a imediata ocupação do espaço político comprimido pela crise econômico-financeira e pela pressão social, tomando o Governo a iniciativa de promover a reforma constitucional e, o que será mais fácil em termos de consenso, a reformulação da Lei de Segurança Nacional.

O Governo teme, segundo dão conta interlocutores privilegiados de sua Chefia, que a promoção de um amplo debate constitucional ponha mais lenha na fogueira da eleição direta, e reacenda a discussão de outras questões polêmicas adormecidas, como o decurso de prazo e a faculdade do Presidente da República de expedir decretos-leis sobre segurança nacional e finanças públicas, em casos de urgência ou de interesse público relevante.

Esse temor é depreciado pelos partidários da reforma constitucional, com o argumento de que, se não é possível tapar com a peneira o sol do processo sucessório, do mesmo modo não se pode evitar a "agitação" da tese da eleição direta nas praças públicas, como ocorreu, semana passada, nas comemorações do centenário de Getúlio Vargas, devidamente faturadas pelo Governador Leonel Brizola, no Rio Grande do Sul e no Rio. Tomando o Governo a iniciativa de promover a reforma constitucional, a questão da eleição direta para Presidente seria apenas um dos muitos pontos em debate numa ampla negociação, destinada a mobilizar o Congresso e a classe política como um todo.

Sem menosprezar as negociações em curso entre o Planalto e o PTB, os defensores do debate constitucional argumentam que a maioria absoluta na Câmara dá ao Governo tranquilidade na área político-administrativa convencional, mas é basicamente uma tática defensiva do regime. Para eles, o atual Governo tem ainda pela frente duas sessões legislativas, e não pode perder a oportunidade de deixar sua marca, no campo político-institucional, nesta segunda fase da abertura democrática, definida pelo Presidente Figueiredo, em sua última mensagem ao Congresso, com um estágio em que devem ser encontradas "fórmulas que conciliem a continuidade com a mudança".

Na busca de um consenso dos 2/3 dos congressistas necessários para qualquer reforma constitucional, o Governo poderia defender, no próprio mérito, a continuidade da eleição indireta para Presidente da República, em troca, por exemplo, da regulamentação do processo de fiscalização, pelo Congresso, dos atos do Poder Executivo. Esta, segundo opinião de parlamentares governistas, é apenas uma das muitas fórmulas para conciliar a continuidade com a mudança, no bojo de uma ampla negociação político-institucional.